

FEBRABAN

33°



CAFÉ COM
SUSTENTABILIDADE



Carbono Intocável:
a bolha de carbono
vai pegar o Brasil?

Caros (as) Leitores (as)

Bem vindos a mais um Caderno do programa Café com Sustentabilidade, que chegou a sua 33ª edição com um debate sobre os impactos das mudanças climáticas nos negócios das instituições financeiras. Nessa oportunidade, lançamos o Relatório Carbon Tracker Brasil e fomos contemplados com as palestras de Mark Campanale, Fundador e Diretor do Carbon Tracker Initiative, e Gustavo Pimentel, diretor da SITAWI – Finanças do Bem e autor do relatório Carbon Tracker Brasil.

Eventos como esse são produzidos desde 2007 pela FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos – com o propósito de estimular a consciência socioambiental de diversos grupos da sociedade, incluindo os representantes dos bancos associados, organizações sociais e governamentais, além de federações e empresas públicas e privadas.

Nas próximas páginas, você vai conferir mais um exemplo de boas práticas sustentáveis para o planeta. O conteúdo do 33º Café com Sustentabilidade e o vídeo desse debate também está à disposição no site www.febraban.org.br

Boa leitura!

Comissão de Responsabilidade Social
e Sustentabilidade - FEBRABAN



Apresentação

A data de 19 de junho de 2013 entrou para a linha do tempo do debate sobre o clima no Brasil com o lançamento do estudo “Carbono Intocável: a bolha de carbono vai pegar o Brasil?”. Com o intuito de apresentar o impacto das mudanças climáticas no País, seu conteúdo foi desenvolvido pelo think-tank internacional Carbon Tracker e a organização brasileira SITAWI – Finanças do Bem. Segundo os autores, nas próximas décadas entre 60% e 80% das reservas de carvão, petróleo e gás no mundo não poderão ser queimadas para atender à exigência de limitar o aquecimento global. Esta constatação cria um problema para o mercado financeiro e de capitais, pois estes ativos “encalhados” desperdiçam capital e trazem riscos aos investimentos e prejuízos para empresas, investidores e reguladores.

Mas como o Brasil se encaixa nesse contexto? “Felizmente, estamos em situação favorável”, afirmaram os palestrantes Mark Campanale, fundador e diretor do Carbon Tracker, Gustavo Pimentel, diretor da SITAWI, e Luke Sussams, pesquisador sênior do Carbon Tracker, durante o 33º Café com Sustentabilidade, promovido pela FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos).

Essa questão precisa ser inserida na agenda das instituições financeiras para que o tema carbono consiga se internalizar no universo dos negócios. As empresas e os bancos têm uma responsabilidade muito grande e o Brasil ocupa um papel de destaque na transição para uma economia de baixo carbono. Com esse relatório, assistimos a uma mudança de paradigma num País cujas metas

precisam ser traduzidas em planos concretos.

Uma das questões levantadas pelo estudo é que os investidores que aplicam seus recursos em empresas e ativos de carvão, petróleo e gás não se dão conta dos riscos inerentes às reservas que deverão permanecer intocadas. Segundo Campanale, estes “ativos encalhados” de combustíveis fósseis podem se tornar uma bolha financeira e trazer prejuízos aos aplicadores. “A grande lição mostrada pela crise de 2008 é que não temos um sistema que mostre onde realmente estão os riscos de nossas carteiras. Se não entendermos esses novos riscos, não vamos atender bem nossos clientes”, afirmou o diretor do Carbon Tracker.

As reservas de combustíveis fósseis das 20 maiores empresas listadas nas bolsas de valores ao redor do mundo ocupam mais de 90% do orçamento disponível para emissão de dióxido de carbono se quisermos limitar o aumento médio da temperatura global em até 2 graus Celsius, segundo Luke Sussams.

A bolha vai pegar o Brasil? Em tese, o País estaria numa situação melhor, pois 46% de sua matriz energética são de energia renovável e também porque tem maior concentração em petróleo do que em carvão. No entanto, segundo Gustavo Pimentel, o pré-sal é um divisor de águas que pode modificar este cenário já que, com esta produção, o País vai ser responsável por entre 4% e 6% das reservas mundiais de óleo e precisará se tornar um exportador.



FERNANDO FIGUEIREDO

Para Fernando Figueiredo, diretor da CDP (Carbon Disclosure Project) no Brasil, a necessidade de internalizar a questão do carbono no contexto do “mundo dos negócios” é uma discussão extremamente importante. Segundo ele, o Brasil não apenas teria um papel fundamental nesta causa, como também estaria em condições de dar um exemplo ao mundo se aumentasse, consideravelmente, o número atual de 52 empresas que reportaram em seus balanços (com base em 2012) informações sobre a emissão de CO².

Em sua avaliação, o relatório do Carbon Tracker apresenta a visão de dois setores extremamente sensíveis a esse tema. O primeiro recai na questão dos relatórios e o outro, na das estratégias. O palestrante acrescentou outro ponto ao debate: “O Brasil já tem metas de emissão de carbono, que foram determinadas, postas na mesa e agora precisamos fazer acontecer”.

O Carbon Tracker é uma ONG que se mantém graças a entidades filantrópicas e fundações interessadas em sustentabilidade. Mark Campanale, fundador e diretor, trabalhou por 20 anos no mercado financeiro inglês e esteve à frente da gestão de um total de US\$ 700 milhões em ativos. “Minha missão agora é reunir as melhores mentes do mundo e chamar a atenção delas para a questão do carbono”, diz. Especialistas de grandes bancos como HSBC, Citigroup, Deutsche, JP Morgan e outras instituições são consultados com regularidade sobre as ideias do Carbon Tracker.



**MARK
CAMPANALE**

“As empresas que não dimensionaram todos os riscos ambientais não deveriam ter acesso aos recursos tomados pelas instituições financeiras”

Para ele, as pessoas têm uma visão negativa e pessimista sobre a criação de um consenso global sobre o clima. “A grande lição da crise financeira de 2008 é a de que existe um sistema capaz de mostrar onde estão os riscos de nossas carteiras. Essa dúvida ocorre paralelamente à crise do clima. Quem é o responsável e de quem é o trabalho? Dos reguladores? Dos bancos?”

Quando fundou a Carbon Tracker, Campanale queria saber quanto carbono havia “embutido” nas reservas de carvão, petróleo e gás, e como o desenvolvimento de novas reservas era financiado pelos bancos sem a análise criteriosa desses novos riscos e seu impacto para as carteiras dos clientes. “A ciência já diz que temos um aquecimento global razoável e uma perda de 70% do gelo no Ártico. O derretimento das calotas polares

cria problemas para a agricultura, como a escassez de alimentos, e as pessoas já estão se questionando se querem ‘comprar’ esse risco.”

O palestrante acredita que, sim, há riscos de os investidores perderem dinheiro em suas aplicações por conta das questões climáticas não consideradas na análise dos gestores de fundos. “As empresas que não dimensionaram todos os riscos ambientais não deveriam ter acesso aos recursos tomados pelas instituições financeiras”, diz.

Essa responsabilidade de prever para mitigar o risco também pertence ao próprio mercado de capitais. “São agentes que precisam agir em conjunto”, sentencia. “Um dos públicos da Carbon Tracker são os contadores e auditores das empresas, que precisam traduzir esses riscos para o seu negócio, mas também os investidores que financiam os combustíveis fósseis, gerando juros para os bancos e dividendos para os acionistas.”

Para Campanale, a ameaça do clima é cada vez mais concreta e real. “O risco de esse problema causar uma séria instabilidade no sistema financeiro é tão real quanto o risco da crise de 2008. Temos de aceitar isso para buscar resolver os problemas climáticos.” Em resumo, assim como estamos resolvendo a crise financeira, seria preciso também a adoção de regras para a emissão do CO².





LUKE SUSSAMS

Qual o nível máximo de emissões de CO² capaz de garantir um clima estável e seguro? De acordo com cientistas do clima, para termos 80% de chances de limitar o aquecimento global a 2 graus Celsius, podemos emitir apenas 900 giga toneladas de CO² até 2050. Considerando que apenas um quarto das reservas de combustíveis fósseis são detidas por empresas listadas em bolsa, o orçamento de carbono dessas empresas seria de 225 GtCO² até 2050. No entanto, essas empresas já possuem reservas provadas cujas emissões de carbono equivalem a 762 GtCO². Isto significa que pelo menos 60% de suas reservas não poderão ser negociadas em um cenário de restrição ao carbono. Apesar do risco, as empresas investem mais de 600 bilhões de dólares por ano para desenvolver novas reservas. Isso significa que o dinheiro dos acionistas e financiadores pode estar sendo desperdiçado para criar ativos "encalhados".



GUSTAVO PIMENTEL

Gustavo Pimentel, diretor da SITAWI, iniciou sua palestra de forma descontraída. Disse que um dos maiores desafios de fazer esse relatório ao lado da Carbon Tracker “é que eles inventaram alguns termos em inglês praticamente intraduzíveis”. “Não foi fácil traduzir “unburnable”. Acabamos optando por “intocável” em vez de “inqueimável”. Tivemos de quebrar muito a cabeça para entender e traduzir esse e outros termos.” O palestrante também concorda que existe uma situação crítica nos mercados de capitais e financeiros e na formação de uma bolha global que vai atingir a muitos mercados. Mas e o Brasil? Isso vai afetar as empresas e os investidores brasileiros, sejam eles fundos de pensão, bancos e poupadores em geral?

“Essa foi a nossa principal pergunta”, afirma Pimentel. Para ele, a base sólida em energia renovável que equivale a 46% da matriz energética junto ao ainda vasto potencial de desenvolvimento de renováveis, como eólica, solar e biocombustíveis, significa que o País ainda pode adotar outras alternativas.

“Especificamente falando de combustíveis fósseis, o Brasil tem uma concentração bem maior no óleo. Apesar de termos reservas de carvão, elas são de baixa qualidade, e 98% do carvão consumido é importado. Levando em consideração as principais empresas brasileiras listadas em Bolsa que desenvolvem recursos de petróleo e gás, concluímos que temos uma pequena fração das reservas mundiais.”

Pimentel lembrou que o desenvolvimento do pré-sal deve aumentar entre 7 e 10 vezes o tamanho das atuais reservas de petróleo, tornando o Brasil um ator global. “Se o orçamento de carbono permitirá que apenas 20% a 40% das reservas globais detidas por empresas listadas sejam comercializadas até 2050, precisamos analisar se as reservas brasileiras conseguirão morder um pedaço deste orçamento.”

O palestrante apresentou um gráfico com um modelo de grandes projetos de petróleo ao redor do mundo, onde simulou um cenário com preço máximo de 50 dólares o barril, ou seja, um custo de produção cuja chance de conseguir participar desse orçamento de carbono futuro é maior. “Por isso, os projetos de exploração de petróleo que estão acima de 50 dólares o barril seriam os primeiros a serem abandonados, seriam os primeiros ativos a encaharem. E o que a gente nota das reservas brasileiras nesse contexto do pré-sal é que, pelo menos nas planilhas de orçamento das empresas que estão sendo utilizadas pelos investidores e financiadores, a maioria está abaixo desse valor de 50 dólares. Então, possivelmente esse petróleo brasileiro poderia ter um espaço no mercado global, pois seria um óleo mais competitivo”, diz.

Até 2015 as negociações climáticas vão se concluir e Pimentel espera que todas as metas e os orçamentos de carbono entrem em vigor a partir de 2020. “As dinâmicas de preço e demanda são voláteis e mudam muito ao longo do tempo, então a velocidade

de desenvolvimento das reservas do pré-sal pode impactar fortemente no custo final de produção. O que vemos no momento é uma corrida pelas reservas causando uma forte elevação nos preços da infraestrutura de instalação dos poços, da infraestrutura de transporte, dos serviços e mão-de-obra. A política de conteúdo local, que visa desenvolver a cadeia produtiva no Brasil, acaba contribuindo para esse encarecimento, porque as empresas são obrigadas a contratar fornecedores mais aqui, mesmo que sejam mais “caros”.

Por essa razão, o palestrante detecta um alto risco de o Brasil estourar o orçamento de 50 dólares o barril, devido ao volume dos investimentos, gerando uma massa de ativos “encahados”. Para agravar a situação, o volume de óleo que o País vai produzir não seria absorvido pelo mercado brasileiro e tampouco seria possível exportá-lo. “Daí a necessidade de o custo ficar abaixo dos 50 dólares por barril.”

Por fim, Pimentel apresentou a Política Nacional de Mudanças Climáticas que mostra claramente as metas de redução de emissões do Brasil. No quadro, há a relação da queima de combustíveis fósseis nesse orçamento e o desmatamento, que está sendo reduzido de maneira significativa. “Como o orçamento total de emissões é único, bastaria reduzir uma fonte como o desmatamento e a agricultura, e teríamos – teoricamente – mais crédito para a energia”, diz. “Mesmo assim, notamos que todo esse petróleo não caberia dentro do orçamento nacional. Realmente precisaria ser exportado. E para ser exportado, precisa estar dentro dos 20%-40% das reservas mais competitivas globalmente.”



MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS

O diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN agradeceu aos palestrantes e enfatizou que o Brasil é o quinto no ranking de exposição das Bolsas de Valores aos combustíveis "fósseis. Isso faz o País ter um peso grande nesse debate. "A pergunta que eu faço é: será que o valor de 50 dólares o barril também não poderia ser maior se internalizássemos os custos para captação desse carbono emitido com outros indicadores, como por exemplo, poluição ?!". Mário Sérgio lembrou ainda que o próprio Banco Central está fazendo um extenso trabalho de regulamentação para que os novos financiamentos tenham os seus inventários, e também para que as instituições tenham um plano de ação para reduzir esses impactos.



"O Brasil é o quinto no ranking de exposição das Bolsas de Valores aos combustíveis fósseis"



CRÉDITOS

Redação
Agência Fato Relevante

Coordenação
Mário Sérgio Vasconcelos

Projeto Gráfico
Felici Design Estratégico

Fotos
Raphael Kumbrevicius



CAFÉ COM
SUSTENTABILIDADE
FEBRABAN

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1485, 15º ANDAR | CEP 01452-921 | SÃO PAULO | SP

WWW.FEBRABAN.ORG.BR